



SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
Conselho Gestor do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do
Espírito Santo

41ª Reunião Extraordinária

Aos vinte e oito (28) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às duas horas (14h00), em reunião presencial na sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, reuniu-se o Conselho Gestor do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do Espírito Santo – CGPPI/ES, presidida pelo **Presidente do CGPPI/ES**, Rogério Muniz Salume. Presentes os Conselheiros Suplentes: **Secretaria de Gestão e Recursos Humanos – SEGER**: Rodrigo Cardoso Garcia; **Procuradoria Geral do Estado – PGE**: Maira Campana Souto Gama; **Secretaria de Estado de Economia e Planejamento**: Adriano Rasseli. Demais presentes: Juliana Paiva Faria (Subsecretária de Parcerias e Polos – SEDES); Alexandre Gebara (SEFAZ), Djalma Davi Silva Filho e Juliana Alves Grola Volz (BANDES); Priscila Cavali de Macedo (SEG); Barbara Attademo Gonçalves (CPPI/SEDES); Maria Mancini (CPPI/SEDES) e Simone Lemos Vieira (Coordenadora do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI/ES). **Aberta a sessão**, após confirmação do **quórum**, a reunião teve início pela leitura da pauta, previamente informada: **1) Relatório das demonstrações financeiras do FGP (exercício de 2025)**. A coordenadora do Programa de Parcerias de Investimentos, Simone Lemos, fez a abertura da reunião informando a pauta e passou a palavra ao BANDES. O Sr. Djalma realizou a apresentação das demonstrações financeiras do Fundo Garantidor de Parcerias – FGP, informando que anualmente é realizado o levantamento dos números do fundo, sendo o relatório composto pelo Relatório da administração do Banco. Informou que foram aportados R\$ 20 milhões em 2019 e que, caso o BANDES consiga superar a taxa SELIC, é remunerado como gestor do fundo. Alexandre Gebara questionou como é determinada a política de investimento. Djalma respondeu que a política de investimento do fundo é definida pelo BANDES por normativos internos do banco. Gebara destacou que, por se tratar de fundo garantidor, deve haver política de volatilidade que não comprometa as garantias. Djalma informou que o fundo teve, no Exercício de 2025, resultado superior de aproximadamente R\$ 3 milhões em comparação a 2024 e possui ativo atual de aproximadamente R\$ 32 milhões, representando aumento de 14%, com recursos aplicados em títulos e valores mobiliários. Esclareceu que os R\$ 20 milhões aportados em 2019 permanecem sendo aplicados continuamente, com movimentação entre títulos, sendo o fundo responsável por absorver as despesas administrativas. A subsecretária, Juliana Faria, questionou quem demanda as despesas (passivo). Djalma respondeu que é o próprio Banco e esclareceu, ainda, que o patrimônio líquido atual do fundo é de aproximadamente R\$ 32,603 milhões. Juliana Faria questionou o aumento expressivo da despesa com publicidade e propaganda de 2024 para 2025. Djalma esclareceu que o Diário Oficial não processou o valor rotineiro no exercício de 2024, tendo havido cobrança inferior, situação posteriormente identificada pela auditoria e regularizada. Juliana Faria também questionou o aumento da despesa com auditoria, de R\$ 73 mil para R\$ 196 mil. Djalma informou que houve a elaboração de um relatório adicional no exercício de 2025, inexistente no ano anterior. A subsecretária relatou que, em reunião no final do ano de 2025 com representante do BANDES, Sr. Patrick, questionou-se o fato de que as informações do FGP-ES serem disponibilizadas apenas uma vez ao ano, por ocasião da prestação de contas, bem como a sistemática de remuneração. Ressaltou a necessidade



SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
Conselho Gestor do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do
Espírito Santo

41ª Reunião Extraordinária

45 de acompanhamento contínuo pela SEDES e de compartilhamento das informações ao
longo do exercício, mencionando, inclusive, que o Decreto que regulamenta o fundo foi
recentemente alterado para prever relatório detalhado da performance financeira do
FGP-ES, com periodicidade quadrimestral. Neste sentido, a Coordenadora do PPI-ES,
50 Simone Lemos, informou que o BANDES enviou o Relatório Quadrimestral referente à
Setembro a Dezembro de 2025, e que, para o próximo Relatório Quadrimestral (Jan-Abr
2026) o banco deverá elaborar o documento considerando as sugestões apontadas pela
SEFAZ e pela CPPI, a fim de robustecer o relatório. Juliana Volz (BANDES) ressaltou
que a remuneração do fundo em relação à SELIC está adequada em razão do patamar
elevado da taxa, acrescentando que a remuneração é recebida pelo banco apenas em
55 alguns meses. Djalma considerou pertinente o requerimento da SEDES quanto ao
acesso às informações, destacando que o modelo atual foi estruturado com objetivo de
flexibilização e desburocratização, mas que poderá ser ajustado mediante alinhamento
quanto à forma de compartilhamento de dados. Informou ainda que foi realizada a
apuração das demonstrações financeiras e encaminhamento à KPMG, tendo sido
60 emitido parecer sem ressalvas. Juliana (BANDES) apresentou a evolução da
rentabilidade do FGP, com exposição dos percentuais do exercício anterior, comparativo
com o CDI e composição atual da carteira. Alexandre Gebara questionou quem realiza
a escolha dos ativos, sendo informado por Juliana (BANDES) que a decisão é de Paulo
Vieira, do BANDES. A subsecretária, Juliana Faria, ressaltou novamente a importância
65 de implementação de procedimento automático de troca de informações ao longo do
exercício financeiro, visando aprimoramento da governança. Ao final, os conselheiros
presentes aprovaram, por unanimidade, o relatório das demonstrações financeiras do
FGP (Exercício de 2025). Superado esse ponto de pauta, como assunto adicional, foi
tratado o projeto de concessão dos parques estaduais, em razão do recebimento de
70 ofício do Secretário da pasta solicitando o sobrestamento do processo da carteira do
PPI. Foi registrada a ausência de representante da SEAMA, mesmo após convite para
prestação de esclarecimentos. A subsecretária Juliana Faria contextualizou o projeto,
em termos gerais, informando que a consultoria E&Y foi contratada pela Secretaria de
Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA) para estruturação dos estudos
75 e informou que houve assimetria temporal, na medida em que a E&Y apresentou a
modelagem dos seis parques enquanto os planos de manejo foram sendo atualizados
aos poucos pelo IEMA. Juliana Faria destacou que, no seu entender, o Parque Estadual
Paulo Cesar Vinha é o que se encontra mais apto para concessão, em razão de alguns
fatores como a demanda na região, facilidade de acesso e público cativo, sendo um dos
80 primeiros parques com o plano de manejo concluído. Destacou que, após a publicação
do Plano de Manejo, há necessidade de revisão dos estudos elaborados pela EY para
eventuais adequações, especialmente as que tragam impactos na modelagem
econômica da concessão. Registrou-se, por fim, que a SEAMA solicitou o sobrestamento
do processo, sem, contudo, apresentar os esclarecimentos na presente reunião, dando
85 conhecimento aos presentes do teor do Ofício enviado pela SEAMA com as justificativas
para tanto. Diante disso, os conselheiros presentes deliberaram que, tendo em vista que
os estudos já foram contratados e parcialmente entregues, para prestigiar eficiência
administrativa e não fragilizar a governança do PPI/ES e, via reflexa, do próprio



SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
Conselho Gestor do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do
Espírito Santo

41ª Reunião Extraordinária

- 90 Conselho, a Coordenação do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI deverá realizar avaliação acerca do estágio do projeto e dos impactos de eventual sobrestamento na carteira, para posterior deliberação do Conselho. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho encerrou os trabalhos, determinando a lavratura da presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes.

Rogério Muniz Salume

Presidente do Conselho Gestor do
Programa de Parcerias de
Investimentos – CGPPI/ES

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

RODRIGO CARDOSO GARCIA

SUPLENTE (CONSELHO GESTOR PARCERIAS PUBLICO-
PRIVADAS-CGP/ES)
SEGER - SEGER - GOVES
assinado em 30/04/2026 12:02:39 -03:00

MAIRA CAMPANA SOUTO GAMA

MEMBRO (CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS
DE INVESTIMENTOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO)
SEDES - SEDES - GOVES
assinado em 30/04/2026 16:00:11 -03:00

ADRIANO FROSSARD RASSELLI

MEMBRO (CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS
DE INVESTIMENTOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO)
SEDES - SEDES - GOVES
assinado em 30/04/2026 12:03:05 -03:00

ROGERIO MUNIZ SALUME

SECRETARIO DE ESTADO
SEDES - SEDES - GOVES
assinado em 30/04/2026 11:34:51 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 30/04/2026 16:00:11 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por SIMONE LEMOS VIEIRA (COORDENADOR DE PROG DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS - FG-CPPI - CPPI -
SEDES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-3K2FJN>